

**A S S E M B L E I A M U N I C I P A L D O S A B U G A L**

**ATA Nº 5/2011**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO 2011**

**PRESIDENTE DA MESA**

**Ramiro Manuel Lopes de Matos**

**SECRETÁRIOS:**

**Nuno Mota, em substituição do 1º Secretário**

**2º Secretário – Manuel Augusto Nabais**

**JUSTIFICARAM A FALTA:**

**Carlos Alberto Morgado Gomes**

**Victor Manuel Dias Coelho**

**Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha**

**Presidente da Junta de Freguesia de Casteleiro ( substituída por Vitorino dos Reis Cantinhas Fortuna)**

**Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa (substituído por José António Paulos Barros)**

**Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo ( substituído por Daniel Nava Fernandes)**

**Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho (substituído por Adelina da CM.R.dos Santos Ribas)**

**FALTARAM:**

**HORA DE ABERTURA:**

**Vinte horas e quinze minutos.**

**LOCAL:**

**Museu Auditório Municipal**



- ❖ Às vinte horas e quinze minutos, dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal e o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou *aberta a sessão*. -----

Antes de dar início aos trabalhos o **Presidente da Assembleia** propôs e foi aprovado um **MINUTO DE SILÊNCIO** em memória da mãe do Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal.-----

### ***ANTES DA ORDEM DO DIA***

- ❖ ***DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23/09/2011.***

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os membros da assembleia. Feitas então as correções julgadas necessárias o **Presidente da Assembleia** pôs à votação a ata que foi aprovada por maioria, com 2 abstenções-----

### ***EXPEDIENTE***

O **Presidente da Assembleia** deu conhecimento do seguinte expediente:

- Convite da **Junta de Freguesia de Rebolosa** para a Festa Anual de Santa Catarina a realizar no próximo dia 25/09/2011.
- Ofício da **Presidência do Conselho de Ministros** sobre o Livro Verde da Reforma da Administração Local.
- Ofício da **Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República** sobre o “*Encerramento de Escolas*”.

### ***ASSUNTOS DIVERSOS***

- ❖ Terminada a leitura do expediente, o **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que tinham dado entrada na Mesa, 2 Moções: uma subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e a outra subscrita pelo Grupo da CDU. De seguida procedeu à leitura da 1ª Moção que se transcreve:

#### ***“MOÇÃO***

1. “ *Na sessão de 23 de Setembro de 2011, a Assembleia Municipal aprovou uma moção apresentada pelo grupo Político do Partido Socialista que reafirmava a “necessidade de rejeitar e pôr termo ao pagamento de portagens na A25 e na A23, defendendo deste modo o desenvolvimento económico, social, local e regional que o concelho do Sabugal defende”.*
2. *Como seria de esperar esta Moção não teve qualquer eco junto da Administração Central e no passado dia 8 de Dezembro os utilizadores da A23 e da A25 passaram a pagar portagens.*



3. *E se esta seria sempre uma má notícia para o Concelho do Sabugal, ainda não adivinhávamos que o poder central nos passaria a considerar como a Região mais rica do País, logo aquela que podia e devia pagar as mais elevadas portagens de todas as autoestradas.*
4. *Cega, surda e muda a Administração Central não quis saber da importância que estas vias assumiam para o desenvolvimento da Região e para a sobrevivência do sector empresarial, nomeadamente daquelas empresas cujo negócio impõe a utilização sistemática da A23 e da A25.*
5. *Ao mesmo tempo somos surpreendidos com notícias que indicam a suspensão, provisória mas, quase estamos certos, definitiva da modernização da Linha da Beira Baixa entre a Covilhã e a Guarda, passando pela Estação de Caminho de Ferro do Sabugal, conhecida como Barracão.*
6. *A introdução de portagens conduziu, como seria de esperar, ao aumento do tráfego na antiga ligação Castelo Branco – Vilar Formoso, com impactos significativos na qualidade das estradas nacionais de novo mais utilizadas.*

*Assim, reafirmando a posição de que o pagamento de portagens deveria ser anulado, e na defesa intransigente dos interesses do Concelho do Sabugal exigimos:*

- *Que, enquanto o pagamento se mantiver, seja revisto o valor das portagens equiparando-as às que são pagas nas restantes autoestradas;*
- *Sejam encontradas medidas minimizadoras dos impactos decorrentes da introdução de portagens na A23 e na A25 sobre as empresas fortemente utilizadoras destas vias;*
- *Seja definido um programa de intervenção continuada sobre o estado de conservação das estradas nacionais que registem maior volume de tráfego, impedindo a sua degradação;*
- *Seja retomado o programa de modernização da Linha da Beira Baixa entre a Covilhã e a Guarda permitindo a sua maior utilização por passageiros e mercadorias, como alternativa ao pagamento de portagens.*

*Do teor desta Moção deverá ser dado conhecimento a:*

- *Gabinete do Primeiro-Ministro;*
- *Presidência da Assembleia da República;*
- *COMURBEIRAS;*
- *Órgãos de Informação Regionais.*

*O Grupo Municipal do Partido Socialista”*-----

*De seguida foi aberto um período de inscrições para quem pretendesse intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----*

*João Silva que, depois de cumprimentar os presentes, disse: “ vamos votar favoravelmente, embora com algumas reservas, porque achamos que, pura e simplesmente, não deve haver portagens na A23 e na A25 e esta Moção admite o pagamento de portagens. E, isto é contra o nosso princípio. Li um estudo que com 1 cêntimo de aumento no combustível, dava para pagar as portagens todas. O Governo parece é que não fez estudo nenhum, ou não quiseram estudar alternativas. Vamos votar*



*favoravelmente mas, de facto, a Moção tem, quanto a nós, um erro, porque ainda admite o pagamento de portagens”.*-----

**António Gata** que, depois de cumprimentar os presentes disse: *“subscreevo a Moção na íntegra e voto a favor mas, parece-me que esqueceu um pormenor importante. Fala em estradas nacionais mas neste momento temos estradas concelhias que estão a ser utilizadas por um grande número de camiões. E, sugeria que, o Governo tomasse desde já conta das estradas municipais que estão a ser utilizadas para esse trânsito”.*-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação que foi **aprovada**, por maioria, com 2 abstenções. -----

De seguida procedeu à leitura da **Moção** que se transcreve: -----

### “MOÇÃO

*“ Considerando que o direito à proteção da saúde está consagrado na Constituição da República, destacando que o direito à proteção da saúde é realizado, através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral e tendencialmente gratuito;*

*Considerando que assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;*

*Considerando que os portugueses são dos que auferem menores rendimentos e estão entre os que já pagam mais pela saúde nos países da OCDE;*

*Considerando que as taxas moderadoras têm vindo a assumir crescentemente o carácter de copagamento do SNS, o que é inconstitucional, também segundo opinião do Observatório dos Sistemas de Saúde;*

*Considerando que o Governo pretende aumentar algumas das 300 “taxas moderadoras” existentes, entre as quais as consultas nos centros de saúde (de 2,25 para 5 euros), as urgências polivalentes nos hospitais (de 9,60 para 20 euros) e ainda dos meios complementares de diagnóstico;*

*Considerando que é totalmente falso o argumento de moderação do acesso às urgências, já que a principal causa do acesso está no facto de 1 milhão e 200 mil portugueses não terem médico de família e terem sido encerrados dezenas de serviços de saúde;*

*Considerando que é mais uma medida profundamente injusta e de ataque claro à constituição, a Assembleia Municipal de Sabugal, em reunião ordinária de 30 de dezembro de 2011, decide:*

*- Manifestar ao Governo e à Assembleia da República o seu voto contra o aumento das “taxas moderadoras”, a defesa do SNS tal como está inscrito na Constituição, revogando para tal o decreto-lei do Governo 113/2011 que estabelece as regras das taxas moderadoras. Sabugal, 30 de dezembro*

de 2011. Os membros eleitos pela CDU na Assembleia Municipal. João Manuel Aristides Duarte e João Carlos Tabora Manata”. -----

Não tendo havido qualquer inscrição para intervir, o **Presidente da Assembleia** pôs a Moção à votação que foi **aprovada**, por maioria, com 6 abstenções. -----

De seguida o **Presidente da Assembleia** disse que se abria um período de inscrições para quem pretendesse intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

**João Manata** que disse: “no dia 12 de Janeiro do próximo ano vai haver um apagão da televisão analógica, passando para televisão digital terrestre. Uma coisa que nos foi apresentada como uma maravilha, uma evolução bestial, vai trazer um problema terrível para o concelho, nomeadamente para pessoas que não tenham recursos financeiros. Vim a saber que o emissor do mosteiro vai fechar, e então o sinal digital terrestre virá por um emissor instalado na Guarda, o que obriga as pessoas a direcionar para aí a antena. Parece até que há sítios onde as pessoas não irão apanhar televisão. Isto é de facto grave e acho que a Câmara e a Assembleia deveriam tomar uma posição. Esses senhores iluminados de Lisboa, olham para o país e pensam que isto é tudo uma maravilha, e, cá, os pategos é que pagam, se não tiverem televisão também não tem importância nenhuma para eles, não lhes interessa!-----

**(21:10)**

**Eurico Manso** que, depois de cumprimentar os presentes, disse: “peço desculpa pela minha ignorância porque não sei se o assunto pertence à Câmara ou às Juntas de Freguesia!? Num destes dias de chuva ia de Alfaiates para Aldeia Velha, e a chamada reta de Alfaiates, era uma ribeira autêntica porque se vão cortando ervas das bermas, ficando sempre os restos da erva cortada. Acho que, com uma pequena intervenção, poderá ser remediado esse assunto.-----

Também queria dizer que há dias em Aldeia do Bispo, apareceu uma carrinha da Câmara que não levava uma pá, uma enxada, uma picareta e iam três funcionários para confirmar o número de um contador! Pareceu-me exagerado! Acho que é um dispêndio de pessoal que não se deve admitir”. -----

**(23:10)**

**Presidente da Junta de Freguesia dos Forcalhos** que, depois de cumprimentar os presentes, disse que iria fazer chegar à Mesa um voto de congratulação à Câmara Municipal pelo bom trabalho feito em prol da Capeia Arraiana, no seu registo como Património Imaterial e Cultural do Concelho. -----

**(24:26)**

**Presidente da Junta de Freguesia de Bismula**, depois de cumprimentar os presentes, fez a intervenção seguinte: “Quero, antes de tudo, cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e a respetiva Mesa; o Sr. Presidente da Câmara e Vereação; caras e caros Camaradas elementos desta Assembleia; Funcionárias e funcionários da Câmara em serviço de apoio nesta Assembleia e Srs.



*membros do público presentes: a todos, desejo que a quadra natalícia termine bem com a passagem para o novo ano.*

*Minhas Senhores e Meus Senhores: O próximo natal será completamente diferente dos que antecederam e, não tenhamos dúvidas, de que o de 2012 será bastante pior do que o do corrente ano.*

*É fundamental e urgente que haja uma mudança de mentalidades e consciencialização de que tudo será diferente do passado e que o mérito sobrepor-se-á ao facilitismo e à tão conhecida cunha.*

*Se todos nós nos dedicarmos naquilo em que estamos inseridos, estou certo de que temos êxito e que o nosso legado para as gerações vindouras será positivo.*

*Precisamos de ter orgulho do que fazemos diariamente, vivendo o nosso fado, mas mentalizados que não é o “Fado da Desgraçadinha”.*

*A UNESCO descobriu agora e diplomou o “fado Património Imaterial da Humanidade”, por isso, vamos aproveitar o “Fado que Deus nos deu”.*

*Há que merecer a lisonja e cada português viver o seu fado, trabalhando cada vez mais.*

*O fado bem como os portugueses fazem parte do mundo global, há muitos séculos, se muitos desses anos foram sofridos, verdade é também, que muitas alegrias os portugueses têm dado.*

*Por tudo isto, vamos deixar de viver essa “Estranha Forma de Vida” e dizer ao FMI e à UE que não precisamos de esmolas e muito menos de nos darem ordens para isto e aquilo. Pagaremos tudo o que pedimos, porque somos sinceros e fieis às regras que norteiam a honra e a probidade.*

*Em nome a Amália Rodrigues, Alfredo Marceneiro, Fernando Farinha, Hermínia e Silva, Carlos Ramos e tantos outros, para não citar os atuais fadistas de renome internacional, vivamos o nosso fado pela positiva, de cara alegre e com as mãos fora dos bolsos a trabalhar cada vez mais. Só assim o Fado Património da Humanidade nos vai trazer paz, sossego e aquilo de precisamos, estabilidade económica e financeira.*

*No desporto temos os melhores futebolistas do planeta. O melhor treinador de futebol do mundo é português e muitos outros elevam bem alto o nome de Portugal por essa Europa, Ásia, África e a treinar seleções e equipas de futebol de renome mundial. Portanto nisto somos grandes, reconheçamos isto como portugueses.*

*Por agora resta-me apenas desejar a todos saúde e confiança, para debelarmos o próximo ano de 2012 que, com tantas garras catastróficas, se nos apresenta”. -----*

**Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal** que, depois de cumprimentar os presentes, disse que já tinha tido o cuidado de manifestar por escrito e hoje voltava a lembrar que era necessário tratar o paredão da barragem. Assim, solicitou ao Presidente da Câmara que procurasse, saber quem era o responsável pela sua reparação, porque qualquer dia não se passava lá, não sabendo até que ponto a barragem não iria sofrer com isso. -----

**António Gata** que, depois de cumprimentar os presentes, disse que tinha várias questões a colocar ao Presidente da Câmara. Assim:

1. “ **Vilar Maior** foi objeto de obras de requalificação há uns anos que não chegaram a ser concluídas. Mas, há uma situação que começa a ser pouco dignificante, que é a questão da **iluminação pública!** Iluminação pública que foi da responsabilidade da Câmara. O largo principal da aldeia está às escuras. Esta questão vem sendo falada ao longo do tempo, e não há maneira de ter fumo branco!

*A Aldeia tem muitos pontos negros de falta de iluminação. No dia da consoada fui à missa e quando desci a escadaria junto ao Museu, a minha primeira reação foi de satisfação. Vi um foco que dava uma luz excelente para iluminar a escadaria. É uma escadaria bastante comprida, onde, infelizmente, só quase passam idosos, mas fiquei também com alguma surpresa e, aproximando-me daquela luz intensa, verifiquei que era uma gambiarra que alguém tinha colocado para ajudar as pessoas quando viessem da missa do galo. Suspeito que tenha sido o senhor Presidente da Junta e, daqui lhe rendo as minhas homenagens, pelo cuidado que teve.*

2. *a estrada Nave – Vilar Maior, é a estrada que apresenta as piores condições do Concelho e mais uma vez deixo o alerta para a necessidade urgente daquela estrada. Já não peço o alargamento mas, pelo menos uma recarga de alcatrão;*
3. *a Recuperação das Margens do Côa. Ouve-se dizer que a obra foi entregue mas, parece que há terrenos que ainda não foram objeto de acordo com os proprietários, podendo daí advir algum problema. Poderá, eventualmente, ser mais uma forma de se começar uma obra que depois vai ter que parar por falta de acordo com os proprietários?*
4. *recentemente foi feita uma proposta para serem admitidos 15 novos funcionários para a Câmara e, parece que a proposta foi reprovada pela maioria da oposição! Diz-se que a câmara tem funcionários a mais, isso será verdade? O Senhor Presidente tem fundamentação para justificar? Se for esse o caso só temos é que aceitar essa situação;*
5. **Parque Temático Medieval** - *gostava que o senhor Presidente fizesse uma resenha do que é o Parque Temático Medieval. Como já tive oportunidade de lhe dizer, queria agora dizer a toda a Assembleia que, o Concelho tem um espaço de excelência para instalar um Parque Medieval, que é a zona histórica de Vilar Maior, que está completamente deserta na parte antiga e tem potencialidades em todos os campos. Tem um castelo medieval que está a dizer assim: “utilizem-me”!! Tem zonas excelentes para fazer rapel, desportos radicais e excelentes caminhadas. Estou a defender a minha aldeia, mas não podia deixar de o fazer” -----*

O Presidente da Câmara, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse que iria responder às questões colocadas pelos diferentes intervenientes. Assim:-----



*“ João Manata: relativamente à televisão digital terrestre, há duas questões: a questão social - temos o Bricosolidário que resulta de um projeto em parceria com a Pró-Raia, e que está a fazer, no âmbito de ação social, o levantamento dos casos mais problemáticos, para que possa ser feita uma intervenção, quando solicitada. Outra questão prende-se essencialmente com as zonas escuras do concelho, que temos algumas, nomeadamente na zona dos Foios ( Vale do Côa, perto da nascente). A verdade é que o retransmissor do Mosteiro desligado limita o sinal de TDT no concelho. De qualquer forma estaremos atentos à evolução dos acontecimentos, tendo já uma reunião agendada com a PT no Fórum Picoas.*

*Eurico Manso: “relativamente ao alerta das bermas e valetas, a intervenção feita em 2011, foi essencialmente na limpeza. É evidente que os recursos não dão para tudo.*

*Já foram referidas situações de pavimentação de algumas estradas. Aproveito para responder a António Gata a quem dou razão, relativamente às estradas: Nave-Rapoula, Nave-Bismula, Vilar Maior, Quinta do Pereiro e a estrada que liga Parada ao limite do concelho porque são os troços que, neste momento, se encontram em pior estado. Relembriaria ainda que, pior que isso é não ter estrada! Temos localidades no concelho, cujos habitantes não dispõem de uma estrada com alcatrão. Porque os recursos são escassos, temos de definir prioridades.*

*Respondendo a Eurico Manso que referiu uma situação relacionada com a gestão de pessoal, vou verificar junto dos serviços porque não foi dada qualquer ordem nesse sentido.-----*

*Presidente da Junta de Freguesia de Forcalhos: “a vitória é de todos os sabugalenses, pela classificação no Património Imaterial da Capeia Arraiana. Sendo o primeiro Inventário, é, com certeza, um fator de motivação e de autoestima, permitindo divulgar, também, o concelho através de ações bem concertadas, bem executadas, bem trabalhadas.*

*Parece que não mas, é uma ação promocional enorme, porque o facto do concelho ser falado a nível do país, nos órgãos de comunicação social, no seio das comunidades científicas, é, para nós, um motivo de regozijo, sendo com certeza uma boa ação de marketing”.-----*

*Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal: relativamente ao paredão da barragem, tive recentemente, reunião na Direção Geral da Agricultura, onde abordei a questão, pedindo que nos permitissem a sua recuperação bem como a passagem.*

*Hoje o paredão é um caminho de vai e volta atrás e, quando há tanta situação de estradas danificadas, de gente que não tem estrada, estar apenas, por uma questão de ficar bem, a tapar os buracos do paredão é .... porque eles continuam a não permitir o trânsito na barragem e, se isso continuar a ser visto dessa forma, penso que é preferível, bloquear a passagem de automóveis à*



*entrada, dando-lhe um pequeno arranjo”* Aqui, aproveitou a oportunidade para informar que a barragem tinha sido reclassificada em termos de pesca, passando de salmonídea para ciprinídea. Que era possível haver pesca na barragem até ao dia 15 de março, sendo um espaço que poderia ser aproveitado durante todo o ano exceto de 15 de março a 15 de maio. A classificação já tinha sido publicada em Diário da República e iriam ser publicados editais com as normas a seguir, tendo de seguida continuado a responder às questões colocadas:-----

*“António Gata: “Os projetos têm que ter dimensão social, económica e ambiental, e, nesse projeto, não foi acautelada a dimensão económica, ou seja: o facto de não estar ligado o Largo, é porque é preciso colocar ali um contador de uso privativo. Não se pode ligar à iluminação pública porque os candeeiros ainda não estão homologados. A despesa está feita, teremos que arranjar alguma forma de solucionar o problema.*

*Relativamente ao projeto **Entre Pontes** e à aquisição de terrenos, o que se passa é que os terrenos foram todos adquiridos a um determinado preço/m<sup>2</sup>. Há um proprietário que tem 350 m<sup>2</sup> de terreno. A Câmara ofereceu-lhe o preço idêntico ao dos outros todos, cerca de 3.500,00€ pelo terreno, e o proprietário quer 15.000,00€. Obviamente que a Câmara não pode discriminar. Se não se chegar a acordo temos que ir para um processo de expropriação. É um processo que vai levar algum tempo e atrasar a obra, mas a Câmara também não deve ir neste tipo de situações. O projeto inicial não previa a aquisição dos terrenos, previa apenas a passagem de um corredor junto ao rio. Adquirimos terrenos para o projeto ficar mais completo, embelezando o espaço público, desde a Praia Fluvial até à Ponte Nova.*

*Quanto à questão dos funcionários dir-lhe-ei apenas que nós temos uma obrigação. Quem está a gerir uma entidade como a câmara e nota que os seus funcionários fazem esforço por se qualificar e progredir temos que lhes dar a oportunidade de também progredirem profissionalmente e, o que quis fazer foi isso.*

*O Parque Temático é um projeto privado. A Câmara poderá estar apenas como facilitador dos processos, não mais que isso. Obviamente que, se o privado tivesse equacionado Vilar Maior, para mim seria um enorme prazer. Mas, também, temos que acolher as iniciativas, apoiar e acreditar nas poucas hipóteses de investimento que chegam ao concelho e acarinha-las. E, a verdade é que tenho feito isso.”-----*

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que tinha sido entregue pelo Presidente da Junta de Freguesia dos Forcalhos o **Voto de Congratulação**, que se transcreve: -----

**“VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO REGISTO DA CAPEIA ARRAIANA NO INVENTÁRIO NACIONAL  
PATRIMÓNIO CULTURAL E IMATERIAL**



*Considerando:*

*Que a recente e primeira e única inscrição da “Capeia Arraiana” no Inventário Nacional constitui um importante marco na salvaguarda do Património Cultural e Imaterial em Portugal;*

*Que o processo de salvaguarda da “Capeia Arraiana” foi considerado exemplar:*

- a) pelo facto de a iniciativa ter partido das próprias comunidades, tendo o município do Sabugal, como representante mais direto daquelas, assumido numa fase posterior a organização e a apresentação do pedido de inventário;*
- b) pela qualidade técnica do pedido de inventário elaborado pela Câmara Municipal do Sabugal, tal como destacado pela Comissão para o Património Cultural Imaterial, órgão responsável pela apreciação do pedido;*
- c) pelas medidas de salvaguarda definidas pela Câmara Municipal do Sabugal para a prossecução da valorização da “Capeia”, em particular as medidas de âmbito patrimonial e científico.*

*Que o pedido de inventário da “Capeia Arraiana” revelou-se de particular importância por ter estabelecido um nível de qualidade e exigência que será, certamente, inspirador e orientador para futuros pedidos de inventário de Património Imaterial, a elaborar não apenas por Câmaras Municipais, mas por outras entidades, tais como Associações de Defesa do Património, Museus municipais, etc., no dizer do Diretor do Departamento de Património Imaterial/Instituto dos Museus e da Conservação;*

*Proponho um voto de congratulação pelo registo da CAPEIA ARRAIANA NO INVENTÁRIO NACIONAL PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL, reconhecendo deste modo o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na Inventariação da Capeia Arraiana, reconhecendo deste modo a importância deste mais valioso património cultural imaterial do concelho. Este primeiro registo no inventário Nacional espelha bem a política cultural de afirmação das tradições e da ruralidade que a Câmara merecer de todos nós a congratulação de vermos tão particular tradição valorizada e promovida. Ismael Pinheiro Carlos”. -----*

*Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto a votação, tendo sido **aprovado** por unanimidade.-----*

## **ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse: “ *é uma proposta apresentada por mim, Presidente da Mesa. Como se lembram, já por duas ou três vezes aludi a este assunto e na última Assembleia, em Setembro, foi colocada a questão, por um dos senhores deputados, sobre se, legalmente, não era obrigatório que o período de intervenção do público fosse no fim da sessão. Consultada a legislação, e depois de feita uma pesquisa muito rápida na internet, concluí que:*



*1º - a lei dá às Assembleias Municipais a liberdade de incluírem este ponto na altura que acharem mais conveniente, têm é que o transcrever para o Regimento;*

*2º - a prática seguida é diversa, havendo Assembleias Municipais cujo período de intervenção do público é no início, outras que é entre o período do “Antes da Ordem do Dia” e o período da “Ordem do Dia”, outras que fazem 15 minutos no início, e 15 minutos no fim, outros ainda, como era o caso do Sabugal, que é no fim.*

*Nesse sentido, e não havendo nada que me leve a pensar que estaríamos a cometer uma ilegalidade, proponho que o período de intervenção do público deixe de ser no fim da sessão, portanto após o período da “Ordem do Dia” e passe a ser entre o período do “Antes da Ordem do Dia” e o período da “Ordem do Dia.” -----*

De seguida o **Presidente da Assembleia** abriu um período de intervenções. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

**Manuel Rito** tomou a palavra para perguntar se a alteração necessitava ou não de maioria qualificada e se a proposta previa ou podia prever um período limitado para a intervenção do público. Em resposta o **Presidente da Assembleia** disse que não era exigida maioria qualificada. Era apenas maioria simples. Relativamente à questão do limite temporal da intervenção do público se mantinha o do regimento em vigor ( artº 31º).-----

**João Manata** disse que o grupo da CDU iria votar favoravelmente a proposta porque entendia que, de facto as pessoas tinham que ficar até bastante tarde, se pretendessem intervir.-----

**José Robalo** disse que, em direito, se costumava dizer que as leis não nasciam por vontade do legislador, nasciam com uma filosofia, e se quem apresentava a proposta não explicasse a filosofia subjacente, como deputado, por respeito a si próprio e aos seus colegas de bancada, porque “ nós estamos aqui legitimamente eleitos, e somos nós que temos o dever de trabalhar, porque temos uma Ordem de Trabalhos, por vezes bastante extensa, como hoje com 10 pontos e isto é muito trabalho. Fomos todos eleitos e não vejo porque é que as pessoas que não foram eleitas para a Assembleia, que são tão sabugalenses como eu, hão de falar antes de mim, que tenho uma Ordem de Trabalhos para cumprir.

*Este é o meu pensamento, e, porque não voto em propostas porque me apetece, mas porque as propostas têm que ter uma filosofia subjacente e esta alteração ao regimento, para mim, não tem uma explicação, vou votar contra.”.-----*



**Manuel Joaquim** disse que, havia já uns tempos que queria falar neste assunto pois pensava que o objectivo das sessões da assembleia era, principalmente, a Ordem de Trabalhos. Que a sessão devia começar sempre pela Ordem de Trabalhos, deixando para o fim a intervenção do público e em vez do Antes da Ordem do Dia, deveria haver o Depois da Ordem do Dia, dando assim espaço para se poder intervir sobre algum assunto exposto pelo público.-----

**Roberto Silva** disse: “*sou um defensor acérrimo da democracia representativa, e acho que não fará grande sentido, estarmos a inverter o sentido das coisas. É uma situação que tem funcionado bem ao longo dos anos e não vejo sentido em se fazer esta mudança. Já assisti a assembleias com intervenções do público bastante agitadas, podendo correr-se o risco de transformar as sessões da assembleia em reuniões populares, mais tarde ou mais cedo*”.-----

**Francisco Bárrios** disse que iria votar a favor da proposta, sem qualquer hesitação porque “*se o público falar no fim, os membros da Assembleia Municipal têm que ficar até o público acabar de falar. Se o público falar no princípio, não resulta em benefício de alguém mas também não resulta em prejuízo de ninguém. Falar no princípio vem em benefício do público, que mais depressa se vai embora, porque não está para assistir à Assembleia. O público tem interesse em falar, ouvir as respostas, mas não tem interesse no resto da Assembleia. Nós é que temos de estar até ao fim*”.-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento à votação tendo sido **rejeitado**, com 41 votos contra, 8 abstenções e 26 votos a favor. -----

## **PONTO 2 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL E TURÍSTICA DO BALNEÁRIO TERMAL DO CRÓ**

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o concurso aberto em 2010 tinha ficado deserto, que a exploração do balneário na época termal de 2011, tinha decorrido via E.M. Sabugal+, e era vontade do executivo lançar novamente o concurso, mas com as alterações constantes dos documentos distribuídos – programa de concurso e caderno de encargos - de que alteração mais significativa tinha a ver com a disponibilização do terreno para a construção do hotel, não em direito de superfície, mas em propriedade plena, vendido ao preço simbólico de 1,00€. O que estava a ser solicitado era a autorização para abertura desse novo concurso. Dito isto disponibilizou-se para responder às perguntas sobre esta matéria que entendessem formular-lhe.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia**, perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

**Manuel Rito** para perguntar se já podiam ser fornecidos os números sobre custos e proveitos da exploração pela E.M.Sabugal+, relativos à época balnear de 2011, Em resposta o **Presidente da**

**Câmara** disse que, tinha sido o ano de arranque, tinha havido equipamento adquirido pela Câmara ( com a possibilidade de financiamento comunitário), que os encargos energéticos bem como as despesas com a promoção tinham também sido assumidos pela Câmara, mas valor faturado no final da época balnear era de 325.000,00€ com um encargo com pessoal e serviços externos de 265.000,00€ o que dava 60.000,00€ de superavit na exploração. -----

**Marisa Sofia** para perguntar, porque tinha ficado com dúvidas, se os custos tinham sido só com pessoal ou incluíam outras despesas como eletricidade e gaz. Disse ainda que, tendo terminado época termal, toda a exploração estava fechada, e porque tinha sido abordada por várias pessoas manifestando interesse em frequentar a piscina lúdica, que era um polo de atração, perguntou se não era possível equacionar a hipótese de poder ficar aberta fora da época balnear. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que os custos com a energia eléctrica e gaz tinham sido suportados pela Câmara como já tinha referido. Relativamente à questão de manter a piscina lúdica aberta fora da época balnear era complicado. O assunto tinha sido equacionado, aproveitando-se a época do natal e carnaval, mas a procura tinha decaído no mês de novembro mesmo para a piscina lúdica. Assim, porque manter uma valência aberta nesta época do ano trazia enormes custos, essencialmente, energéticos e porque era necessário, fazer algumas obras de correção no edifício por parte da empresa construtora, a equipa técnica do cró tinha sido de opinião de que, nesta fase, era melhor encerrar.-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Stº António** para dizer “ *que a concessão já foi uma vez a concurso. Julgo que o “calcanhar” do concurso não ter tido sucesso foi o hotel. É uma questão económica a obrigatoriedade da construção do hotel? Temos no concelho unidades hoteleiras, suficientes e com a obrigatoriedade do hotel, estamos a tirar potencial às unidades existentes. Por isso, gostava de saber do porquê da obrigatoriedade do hotel*”. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que “ *o hotel é uma questão colocada no projecto desde o início. Há cerca de 4 -5 anos que se fala em ter um complexo termal, e não apenas um balneário termal. É evidente que se nós podermos abrir mão da concessão de um balneário termal e ter em acréscimo investimento no concelho, multiplicar a visitação, ter alternativas de atratividade no concelho, obviamente que as camas existentes poderão ser poucas. Estou convicto de que se fossemos para a abertura de um concurso simples de concessão de exploração, estava ali uma pérola atrativa. Agora acho que é importante, para que possamos também ter alguns ganhos, que se exija algo. E, a construção do hotel, é uma exigência forte para um potencial investidor, e é um complemento ao balneário termal. A grande parte das unidades termais têm o alojamento contíguo. Durante os meses de verão verificamos que as pessoas chegavam, entravam no balneário e saíam. Não havia mais nada. Por isso desejamos que haja um conjunto de complementaridades criadas na envolvente do balneário termal, que possam não só fazer aproveitamento para o termalismo, mas potenciar outras valências, outros turismos, capitalizando outras ações no concelho.*-----



**Manuel Joaquim** tomando a palavra disse: “ *O Cró é um património único no Sabugal. Já custou muito dinheiro à Câmara. Passámos uma geração a discutir o Cró e, agora, que temos a obra construída, com qualidade e dignidade, vai-se entregar, possivelmente, a um ilustre desconhecido, que a vem explorar, sem investir um cêntimo e sem compromisso de fazer qualquer investimento em benefício do concelho.*

*O Cró tem potencialidades para ajudar a promover o concelho e, com este projeto, penso que não se vai promover nada, porque temos hotéis às moscas. As unidades hoteleiras no concelho não têm uma ocupação de 25%/ ano, pelo que não são rentáveis. Portanto, ou queremos promover o concelho num todo ou o deixamos definhar, como tem vindo a acontecer. Penso que era muito mais rentável fazer, entre o Cró, a Câmara, a E.M. Sabugal+, as unidades hoteleiras, os restaurantes, a Viúva Monteiro, parcerias para podermos chamar gente ao concelho e promover o turismo.*

*Não acredito que ninguém venha a fazer um hotel no Cró mas, se vier, pode funcionar sozinho mas não vem ajudar ao concelho porque as pessoas ficam ali isoladas, tomam banho, dormem vão-se embora e não há dinamização do comércio local. Penso que é um mau projeto, devendo a Câmara repensar o assunto.”-----*

**Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer que a capacidade do balneário termal, em turismo clássico, era de cerca de 400 tratamentos diários, dando para ocupar algumas unidades hoteleiras. A vertente das parcerias tinha que estar em cima da mesa e tinha que, obrigatoriamente, servir para dinamizar o concelho, porque nem toda a gente que ia ao Cró ficaria a dormir, até porque a unidade proposta era relativamente pequena face ao potencial do Cró,-----

**Manuel Rito**, tomando a palavra disse: “ *como toda a gente sabe era da opinião que o balneário do Cró justifica de “per si” uma unidade hoteleira que pode potenciar a utilização quer do espaço “SPA”, que é a piscina lúdica associada, ao banho turco, às massagens, ao duche frio, ao ginásio e à sauna, quer eventualmente o da fisioterapia. Porém, não posso deixar de considerar que há alguma razão de ser na questão de trazer gente ao concelho e não ao Cró.*

*Considerando:*

- *que o Cró é autossustentável num modelo de gestão autónoma;*
- *o momento económico que o país vive, e a capacidade economicamente curta que os investidores mais ligados ao concelho, porque os financiamentos são o que são, e pode vir de facto algum estrangeiro com capacidade, que faz uma unidade que não tem ligações nem emocionais nem físicas ao concelho;*
- *que é possível, e ajuda a equilibrar inclusive as contas da E.M.Sabugal;*

*acho que seria de repensar o assunto, melhorando com a experiência adquirida, e no próximo ano a gestão ser ainda da E.M. Sabugal+ , e que envolvesse de facto a hotelaria instalada no concelho. E,*



*é possível fazê-lo, com programas conjuntos, ( tipo venha ao Sabugal, durma no Sabugal, vá ao Cró, veja Sortelha, etc, etc.), pacotes que se podem fazer para duas noites, oito noites ou até para quinze dias, os técnicos o dirão, e equacionar a questão da concessão “à posteriori”. Parece-me que o momento não será o mais adequado para relançar este concurso e acho que seria vantajoso para todos estudar esta questão com mais profundidade. Acho que seria de experimentar, no próximo ano, funcionar como Spa e não como piscina, ver se ajuda ou não a equilibrar as contas da Empresa Municipal, ver se consegue ou não ter atratividade no resto do concelho e equacionar a questão à posteriori, porque não se lançando o concurso agora não é impeditivo que se lance para o ano ou quando se entender.*

*Parece-me que é capaz de ser precipitado e por isso perguntei se dava prejuízo. Pelos vistos até está a dar lucro. Portanto, seria de aguentar mais 1 ano, fazer um estudo sério, envolver a sério a hotelaria instalada: as camas instaladas quer de unidades de turismo rural, quer pensões e residenciais, quer o hotel (só temos um no concelho) e equacionar a questão à posteriori, em função dos dados recolhidos e se seria interessante ir-se para uma concessão ou manter e dinamizar outras unidades de turismo espalhadas pelo concelho.*

*Como sabem, e disse-o no princípio, não era a opção quando era Presidente da Câmara. A opção era a que o senhor Presidente acabou de dizer, mas, dadas as circunstâncias da economia e o que acabei de referir, não sei se não seria importante estudarmos melhor o assunto”.*-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse: “ *que a situação económica do país e o investimento é difícil. Há uma nota que dei na reunião do executivo e não queria deixar de a transmitir, que pode ser apelativa para o concurso. O que disse na reunião do executivo, é que, em termos de fundos comunitários da CCDR, abriu um regulamento específico para este tipo de equipamentos na estratégia PROVERE do Termalismo, desde o início. Qualquer empresário que queira concorrer à concessão terá com certeza hipótese de encaixar uma coisa com a outra. Se for daqui a um ano ou dois, poderá ou não haver fundos comunitários. E a situação é essa. Penso que temos que olhar o futuro com dinamismo.*”-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o assunto à votação tendo sido **aprovado**, por maioria, com 1 voto contra e 9 abstenções, tendo sido feitas as **declarações de voto** de :

**António Gata** que disse “ *o meu voto a favor foi feito com um único objectivo: pensar para mim próprio que é preciso deixar o mercado funcionar livremente.*”.-----

**António Miranda Serra** que disse: “ *abstive-me porque concordo com a opinião da Câmara, mas também concordo com as outras opiniões. Acho que o Cró é uma pérola do concelho. Tenho uma posição própria que é polémica e controversa. Acho que o Cró não deve ser massificado. Deve ser*

*muito bem trabalhado, porque é uma riqueza para o concelho. Se for entregue ao preço de 1,00€/m<sup>2</sup>, dar aquilo assim, a quem quiser, acho que é mau. Por outro lado ir com a sacola, passar umas horas e voltar para casa também é mau. Portanto, vou na linha do senhor Manuel Rito. Há que estudar bem a situação, tentar outra experiência no sentido das parcerias, fazer uma reavaliação. Termalismo é muito mais do que molhar os pés e vir embora para casa”*-----

### **PONTO 3 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO BALNEÁRIO TERMAL DO CRÓ**

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que, quando se equacionara o avanço do Parque Termal do Cró, se aprovara a classificação de interesse público. O que se estava agora a pedir era que a assembleia classificasse também o Balneário Termal como um equipamento de interesse municipal, para que em eventuais candidaturas ao Turismo de Portugal, houvesse essa mais-valia.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos presentes pretendia intervir. Não havendo inscrições pôs o assunto a votação que foi **aprovado**, por unanimidade.-----

### **PONTO 4 – ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO SABUGAL**

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o documento tinha sido distribuído. Tratava-se de uma atualização das taxas, em função do índice de inflação anual que resultava do próprio regulamento.

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

**José Robalo** disse: “*estando nós em crise e querendo que, cada vez mais pessoas fixem residência no Sabugal ou que fixem a segunda residência, penso que é importante sermos comedidos nas taxas que cobramos. Uma forma de atrair a fixação de pessoas é, às vezes, fazer um pouco de concorrência aos municípios que nos circundam no sentido de não cobrar taxas altas. Sendo que taxa é uma contra prestação por um serviço prestado, é facto que alguns serviços ficam muito caros, mas penso que uma forma do município fazer uma política social e ao mesmo tempo contribuir para a fixação de pessoas é ser comedido na contra prestação que pede aos munícipes.*”-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento a votação tendo sido **aprovado**, por maioria, com 26 votos a favor, 11 abstenções e 20 votos contra.-----



## PONTO 5 – ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E RENDAS NA CENTRAL DE CAMIONAGEM

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que tinha sido distribuído o documento. Tratava-se de uma atualização das taxas, em função do índice de inflação anual que resultava do próprio regulamento.

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo pôs o documento a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com 33 votos a favor, 8 abstenções e 18 votos contra, tendo sido feitas as *declarações de voto* que se transcrevem:

**Presidente da Junta de Freguesia de Valongo** “ *abstive-me na atualização das taxas porque a Câmara do Sabugal é pioneira em todas as taxas. Das Câmaras vizinhas é a que tem as taxas mais elevadas. Ainda há dias uma senhora veio fazer um contrato de água e saneamento. Sabem quanto pagou só pelos contratos? 350,00€. Há algum incentivo para alguém fazer casas no concelho do Sabugal? Ou para vir viver para o concelho do Sabugal, pagando estas taxas? Nos concelhos vizinhos pagar-se-ia, no máximo, 130,00€ pelos dois serviços*”.-----

**Nuno Teixeira** “ *quero apenas dizer que não estamos contra a votação que fizemos há 1 ano atrás, em relação às taxas. Apenas não podíamos adivinhar que, com a desculpa da crise, se fossem aumentar em 4,25%, as taxas de água e saneamento. Esta declaração de voto serve para o ponto 4 e 5.*”-----

**Roberto Lavrador** “ *votei contra, precisamente pelo que acabaram de dizer os dois membros da assembleia anteriores. O Presidente da Junta de Freguesia de Vale Longo do Côa referiu, e muito bem, que as taxas da Câmara do Sabugal são das mais caras, comparadas com concelhos idênticos. Depois, para complementar o que disse o Nuno Teixeira. É verdade que no ano passado aprovamos estas taxas, tendo ficado no regulamento que, anualmente, seriam atualizadas em função da taxa de inflação, mas a taxa de inflação aumentou muito, e temos que ter em consideração que os tempos atualmente são difíceis e que as pessoas do Sabugal, tal como todas as do país, estão em condições económicas cada vez piores, portanto é o meu voto contra*”.-----

## PONTO 6 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT FORMULADO POR GRANISABUGAL – MÁRMORES E GRANITOS, Lda.

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que o documento tinha sido distribuído. Tratava-se de um pedido de isenção permitida por lei, no âmbito dos benefício fiscais e aprovada pela Câmara, nada mais havendo acrescentar.-----



Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Não havendo pôs o documento a votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 1 abstenção.-----

#### **PONTO 7 – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO**

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse: “ no ano anterior, aprovámos um empréstimo de 1.000.000,00€ que não foi utilizado. Foi contraído apenas como medida preventiva para que a Câmara não ficasse impedida de satisfazer os seus compromissos. No fundo era para “renovar” o empréstimo a curto prazo que qualquer bom gestor tem, nos tempos que correm.

O ano passado, logo que aprovado o empréstimo e seleccionada a entidade bancária fiz um despacho no sentido de ser apenas utilizado em despesas inadiáveis. Felizmente não foi necessário. Este empréstimo é como que uma “almofada” para acorrer a situações imprevisíveis no decorrer do ano de 2012”.-----

De seguida o **Presidente da Assembleia** abriu um período de intervenções. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

**Nuno Teixeira** que disse: “ uma vez que essa conta no ano passado não foi usada, será que essa não é uma “almofada” muito cara? Gostaria de saber quais os custos, para o município, de abertura e manutenção dessa conta”. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que da informação de que disponha, não havendo utilização do dinheiro não havia encargos, mas para um melhor esclarecimento poderia pedir essa informação aos serviços financeiros.-----

**Hídio Clemente** tomou a palavra para perguntar se se tratava de uma renovação de empréstimo ou de um empréstimo novo, tendo o **Presidente da Câmara** respondido que era um novo empréstimo.-----

Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs o documento a votação, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 31 votos a favor, 13 votos contra e 11 abstenções.-----

#### **PONTO 8 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA 2012-2015**

#### **PONTO 9 – ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2012 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012**

O **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que fez a apresentação conjunta dos dois documentos. Começou por ler o texto que se transcreve: “ Vamos iniciar um novo ano económico na gestão do Município condicionados por uma política orçamental fortemente



*exigente em termos de consolidação das contas públicas nacionais, com expressão nas transferências diretas para o Município de Sabugal.*

*Com ambição continuada e reforçada face às novas exigências de controlo e gestão, persistimos e insistimos na procura de respostas e soluções, para novas obras que se podem obter e concretizar acedendo à bolsa de mérito do QREN. É a persistência que nos leva a orçamentar uma série de investimentos cofinanciados por estes fundos. É um momento decisivo em que devemos apostar nos financiamentos comunitários e governamentais, com uma participação municipal mais reduzida.*

*Os constrangimentos de tesouraria do Município no tocante ao volume de receita corrente e despesa corrente, por força do investimento nos últimos anos em equipamentos que elevando a qualidade de vida dos munícipes e cumprindo o seu papel social, não são geradores de receitas que equilibrem as despesas, a manutenção dos apoios ao movimento associativo, dinamizador e mobilizador de vontades várias e legítimas, o peso da fatura de serviços de água, saneamento e resíduos sólidos não compensados pelas cobranças, a manutenção das respostas no campo social e da educação ( transportes escolares integrando o plano de mobilidade concelhia, as atividades de enriquecimento curricular; o serviço universal refeições escolares, o fornecimento de livros e material escolar; a oferta de manuais de inglês), acrescidos aos compromissos do Município no exercício das suas competências, fazem do orçamento um exercício de elevado equilíbrio, perturbado pelos sucessivos cortes de transferências do OE. Os Documentos apresentados refletem uma aposta forte naquilo que acreditamos, nas nossas riquezas humanas, empresariais, patrimoniais, naturais, na procura constante de caminhos de futuro, tendo em conta as nossas fragilidades, mas sobretudo as oportunidades com as quais convivemos e não podemos desperdiçar. A verdade é que as pessoas estão no centro das atenções. Os verbos viver, trabalhar, visitar, investir comandam permanentemente a nossa ação diária. É com certeza uma estratégia de muitos condicionalismos de várias ordens, mas que devemos ter a capacidade de adequação. E temo-lo feito nestes dois anos de mandato, nem sempre bem compreendidos, diria até por vezes mal julgados. Mas há momentos em que a força da razão tem que se sobrepor às razões do coração.*

*Tendo em vista o lançamento do próximo quadro comunitário de apoio e a estratégia Europa 2020 e o triplo desígnio do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, vamos lançar as bases para o trabalho prospetivo da Estratégia Sabugal 2020, tendo em conta os documentos de enquadramento existentes, as várias sensibilidades dos agentes políticos e sociais, os processos executivos em curso, as novas tendências e abordagens ao desenvolvimento e crescimento das sociedades e sobretudo o papel dos territórios rurais como o nosso. É um processo a lançar no primeiro semestre de 2012, contando com a colaboração de todos.*

*O “Orçamento e Grande Opções do Plano (GOPs)” para 2012 da Câmara Municipal do Sabugal reflete a conjuntura envolvente, sendo visível, numa primeira análise, a clara redução dos valores*



globais da despesa orçamentados em mais de 3 Milhões de Euros, comparando com os valores orçamentados em 2011, num contexto em que as receitas municipais provenientes da Administração Central se contraem em mais de 6%, o aumento da taxa de IVA da fatura energética, e as novas responsabilidades que nos batem á porta, tendo em conta os problemas sociais que se acumulam de forma galopante. A redução da despesa é conseguida através de um esforço generalizado nas diferentes áreas de intervenção da Câmara, tendo o cuidado de não pôr em causa alguns projetos essenciais para o Concelho:

1. Incrementa-se o investimento municipal em projetos estratégicos comparticipados por fundos nacionais ou comunitários, entre os quais avulta os Centros Escolares do Sabugal e Soito, Requalificação das margens do Côa Entre Pontes, Ciclovía da Barragem, Regeneração Urbana, Programas e Estratégias de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas, Vale do Côa, Termalismo e Reservas e Parques Naturais, etc. Este reforço dos investimentos comparticipados é uma absoluta obrigação autárquica, única forma de aproveitar ao máximo o QREN.

2. Mantêm-se os elevados níveis de esforço do passado recente no apoio às Juntas de Freguesia, aproveitando a grande capacidade de realização que estas evidenciam,. Esta é a nossa forma de dinamização dum orçamento participativo, desde que as Juntas de Freguesia, cada uma no seu território saiba auscultar as prioridades e as expectativas criadas, nunca deixando de tirar vantagens para o emprego e para a economia local que advêm dos investimentos de pequena monta por elas realizados bem como da sua capacidade de estarem muito próximas dos cidadãos. A manutenção das transferências para as Juntas representa, neste contexto de contenção, um esforço acrescido para as finanças do Município.

3. Consolidam-se os valores previstos para assegurar a boa manutenção de boa parte do património municipal, procurando, com intervenções atempadas, evitando o acumular exponencial de despesa futura, sendo disso exemplo as verbas para manutenção da vias, parques e o enorme esforço não Programa de eficiência do uso da água!

4. Tendo em consideração as grandes dificuldades por que passam muitas das instituições de âmbito desportivo, social e cultural do Município, sobretudo as mais geradoras, directa ou indirectamente, de emprego e de rendimento local, será feito um significativo esforço para reduzir o menos possível os apoios municipais quer às próprias instituições quer à realização de eventos relevantes para o Concelho, privilegiando os que têm maiores efeitos de dinamização do tecido económico local.

5. Será aumentado o esforço de modernização dos Serviços da Autarquia, aumentando a eficácia, produzindo ganhos de eficiência, com diminuição significativa das despesas de funcionamento, procurando consistência numa política de rigor.

*As medidas que se consubstanciam nesta proposta de Orçamento e GOPs, representam o equilíbrio possível entre o conjunto de projetos que o Executivo tem para o município e as limitadas possibilidades financeiras que o tempo presente nos apresenta. Ao longo de 2012, será, evidentemente, feito um rigoroso e atento controlo da execução orçamental, evitando desvios que possam comprometer a saúde futura das finanças autárquicas do Município do Sabugal.*

*No âmbito do QREN, as GOP do município do Sabugal, incluem um largo conjunto de projetos passíveis de candidatura, para além dos projetos aprovados e outros em fase de apreciação e decisão pelas respetivas autoridades de gestão dos PO e que, por isso, constituem projetos da maior importância para o desenvolvimento sustentado do Concelho, bem como no âmbito das parcerias e estratégias de interesse comum. Deste modo, 2012 continuará a ser um ano importante no processo de instrução de candidaturas e respectiva aprovação e, essencialmente quanto à execução dos projetos cofinanciados, de modo a garantir fontes de financiamento externas e consequente execução dos projetos, sendo, no entanto, de salientar a maior seletividade das candidaturas, em especial a garantia da viabilidade económica e sustentabilidade financeira a médio e longo prazo dos projetos.”, tendo na parte final feito a apresentação de alguns diapositivos relativos a documentos financeiros, opções estratégicas e ações mais relevantes do Plano de Atividades e Orçamento para 2012. Relativamente ao Mapa de Pessoal para 2012 não fez qualquer referência pois não tinha sofrido qualquer alteração em relação a 2011.-----*

De seguida o **Presidente da Assembleia** abriu um período de intervenções. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António** que tomando a palavra disse: “ *Este é um orçamento com o qual não nos identificamos. ( Grupo do MPT).*

*Não encontramos o esforço necessário para a contenção de despesas correntes tão necessário para a sustentabilidade de toda a estrutura autárquica a médio e longo prazo.*

*Com efeito verificamos que de ano para ano, as várias rubricas orçamentais aumentam não obstante os apelos feitos pelos nossos governantes atuais que vão no sentido de reduzir as respetivas despesas.*

*E isto é tanto mais grave quando se sabe que as receitas tendem a reduzir de ano para ano.*

*Apesar disso, não baixamos os braços, apresentámos alternativas que melhoraram o documento. Este é o caminho de uma oposição consciente e responsável.*

*Analisando globalmente o documento, verificamos o seguinte:*

### **RECEITAS CORRENTES**

*As receitas próprias do município, representam somente 38% do total das receitas, sendo portanto as receitas provenientes das transferências da administração central a maior fatia - 62% do total.*

*É um cenário fortemente dependente de terceiros e por isso perigosamente revelador de grandes constrangimentos financeiros futuros.*



## **DESPESAS CORRENTES**

*As despesas com o pessoal representam 37% do total das despesas correntes e quase que consomem a totalidade das receitas próprias da autarquia.*

*As despesas com a aquisição de serviços, representa 41% de toda a despesa corrente. Sendo que deste valor a compra de água, o tratamento de afluentes e o consumo de energia elétrica da iluminação pública representam 51%.*

*Os subsídios representam também uma importante fatia das despesas correntes, cerca de 13%.*

## **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012**

*Relativamente às Grandes Opções do Plano as propostas apresentadas, salvo raríssimas exceções, estão muito aquém das necessidades do concelho.*

*Construir equipamentos é importante; construir estradas é também muito importante mas do que nós precisamos urgentemente é de pessoas e estas só fixarão se houver empregos que sustentem as suas famílias. Este é o principal problema do nosso concelho.*

*Olhando para as GOP's de 2012 no valor de cerca de 12 milhões de euros não detetamos uma única iniciativa potenciadora da criação de empregos, salvo na iniciativa, "Programa de Inovação e Empreendedorismo Rural", onde consta uma verba representativa de cerca de 10% do total previsto, de eficácia duvidosa na criação de empregos locais.*

*Relativamente às propostas apresentadas pelo nosso grupo e aprovadas por unanimidade no executivo, realçamos:*

- a) Sabugal 2020 – Plano prospetivo e Estratégico para o Concelho
- b) Plano para o Uso Eficiente da Água
- c) Plano Poupança Energética
- d) Ligações Rodoviárias:
  - a. Sabugal – Guarda (A25)
  - b. Sabugal – Covilhã (A23)

*Entre outras,*

*Somos uma oposição que não se revê neste documento, apesar das alterações propostas pelo nosso movimento.*

*Somos uma oposição responsável;*

*Somos uma oposição que apresenta propostas;*

*Este não é o momento da oposição ficar calada;*

*O Sabugal exige uma oposição com Alternativas.*

*Assim e apesar das melhorias introduzidas, este nunca seria o documento que apresentaríamos a esta assembleia e por isso este grupo abster-se-á na votação".-----*

**Roberto Lavrador** disse que gostaria que o senhor Presidente o esclarecesse de algumas situações constantes das Grandes Opções do Plano para 2012 e 2013 e "começaria pela rubrica Desporto, Tempos Livres e Associativismo, em que na Zona Desportiva do Soito – 1ª Fase – Campo de Futebol, está inscrita uma verba de 28.991,00€, pelo que gostaria de saber qual o motivo, uma vez que esta

obra é recente, tem apenas 3 ou 4 anos”. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse “ o **Balneário do Soito** tem problemas de infiltrações, tem bolor, tem tudo o que é prejudicial, apesar de ser uma obra recente. Esse problema tem que ter solução e para isso inscrevemos verba em plano e orçamento.” Continuando **Roberto Lavrador** disse: “ relativamente ao ano 2012, o senhor **Presidente** disse que iria haver dificuldades em o realizar porque para grande parte do investimento proposto, tem que realizar candidaturas. O que me levantou uma pequena dívida, foi o facto de no ano de 2012, para as **Grandes Opções do Plano** se prever uma aplicação de investimento, no valor global de 14 milhões e 16 mil euros, aproximadamente. Mas, para ano de 2013 prevê 22 milhões 795 mil euros. Queria que me esclarecesse, se possível, essa situação, porque me dá a impressão que isto tem a ver com projetos em várias freguesias, e queria saber se realmente este valor está inscrito com perspectiva de se realizar ou se está apenas para preencher o campo”.-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse: “ estamos a discutir o **Orçamento para 2012** e as **Grandes Opções do Plano para 2012-2015** e é obrigatório apresentar uma definição pelo menos a 4 anos. Se todas as obras inscritas e previstas em candidatura avançassem, para o ano tínhamos um ótimo orçamento. Agora, também posso dar alguma garantia, e a garantia que dou é que, a excelente execução do **QREN**, nomeadamente o facto do **Cró** ter sido aprovado, fez com que o **Município do Sabugal** esteja na linha da frente em possibilidades de candidatura, em bolsa de mérito, a sorte que se teve com os empreiteiros que executaram, a sorte que se teve com a aprovação das candidaturas, o empenho e o trabalho dos nossos técnicos fizeram com que nos encontremos nessa situação, e possamos ver 2012, em termos de candidatura, com algum sorriso e com enorme vontade de conseguir a aprovação.

Agora temos projetos no âmbito da educação- os centros escolares; temos projetos no âmbito do ciclo urbano da água- os saneamentos; temos projetos de regeneração urbana; temos projetos ambientais, e os órgãos de gestão da **CCDR** têm que definir quais são os prioritários, porque isso não está definido.

Imaginem que tínhamos trabalhado apenas numa fileira de projetos e que abriam candidaturas para outro tipo de projectos, ficávamos .... temos que estar atentos e ter a perceção do que vai acontecer, e a verdade é que, em termos de projetos mais viáveis em candidatura, o que nos têm dito, é que os projetos mais na linha da frente são: O ciclo urbano da água – saneamentos, já aprovados, podendo eventualmente ter hipótese de ir a mais; os **Centros Escolares** e a **Regeneração Urbana** - onde se inclui o **Largo da Fonte**, a **Av. São Cristóvão**, outros grandes projetos. Temos um plano de “banda larga” e é assim que tem que ser. Temos que abrir horizontes. Assumimos o risco porque é preferível abrir o leque e ter hipótese de, no momento certo, poder fazer as candidaturas.

Às vezes as oportunidades dão cabo das estratégias. Por exemplo, para mim os saneamentos podem nem ser prioritários, mas só abrem saneamentos e temos que candidatar projetos de saneamento

*porque senão não se vai buscar nada. É esta sensibilidade que o executivo e a assembleia têm que compreender.”.-----*

*Nuno Teixeira tomando a palavra disse: “dissemos há um ano que o Plano e Orçamento apresentados não eram nem podiam ser o Plano e o Orçamento que o Partido Socialista apresentaria.*

*E se há um ano não tivemos dúvidas, hoje ainda menos dúvidas nos restam que os documentos apresentados tarde e a más horas, são um mau prenúncio para o Concelho do Sabugal e para o seu desenvolvimento sócio-económico.*

*Os nossos Vereadores já tiveram oportunidade de justificar o seu voto que apoiamos totalmente, mas vale a pena lembrar as nossas razões para o voto negativo.*

*Em primeiro lugar, e no que diz respeito ao Orçamento, e perante um cenário que se adivinha negro, como se compreende que o Sr. Presidente não tenha conseguido uma redução mais significativa das Despesas Correntes que diminuem somente 4% face ao ano anterior, quando só serão pagos subsídios de férias e de Natal a alguns dos funcionários?*

*A proposta apresentada para as despesas de funcionamento do Município leva a que se continue a agravar o peso que este tipo de despesa tem no valor global do Orçamento. Assim, se em 2010 as Despesas Correntes representavam menos de 40% do total do Orçamento, este valor sobe para 44,3% em 2011, e em 2012 atingirá 47,64%, numa espiral que só demonstra o desnorte a que chegou esta Administração PSD!*

*Como dissemos no ano passado acentua-se a "aposta nas despesas ditas de funcionamento, em detrimento das despesas verdadeiramente geradoras de riqueza e de qualidade de vida das populações, isto é, as despesas de investimento."*

*Mas como se pode apresentar uma proposta que:*

- Reduz a despesa com o pessoal apenas em 5,2%, quando só em salários a redução que deveria ser prevista seria de 14,3%, equivalente aos subsídios não pagos?*
- Propõe gastar cerca de 245.000€ em "recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho", em ano em que existem grandes restrições à contratação de novos funcionários, obrigando mesmo o Orçamento de Estado a uma redução de, pelo menos, 2% no quantitativo de pessoal das Autarquias Locais?*
- Propõe gastar mais 32,5% em consumos de energia elétrica, aumento muito superior ao que decorre da alteração do IVA (+17%) e do aumento anunciado para 2012 (+4%), mantendo e agravando a ineficiência energética que vimos denunciando?*

- *Vê os "juros e outros encargos" subirem 40,4% (1), resultado de uma gestão errada que conduz ao aumento crescente da dívida e da necessidade de recorrer à Banca para suportar investimentos para os quais não há qualquer cobertura orçamental?*

*Como pois poderíamos colocar a nossa assinatura em propostas como estas?*

*Não podíamos e não o fizemos no Executivo Municipal como não o faremos hoje na Assembleia Municipal.*

*Mas se este nunca seria o nosso Orçamento de Despesas Correntes, ele também nunca seria o nosso Orçamento de Despesas de Capital.*

*Em sentido contrário (nem outra coisa seria de esperar...), às despesas correntes, as despesas de capital continuam a descer a ritmos elevados, prevendo-se gastar -16% que em 2011!*

*O Sr. Presidente, face a um bolo cada vez menor, prefere cortar mais nas despesas de investimento que nas despesas de capital.*

*Nós optaríamos por, pôr num ano de contenção orçamental, concentrar a despesa em investimentos que melhorassem a qualidade de vida para os cidadãos residentes no Concelho.*

*E nunca apresentaríamos um orçamento em que 2,5 milhões de euros se abrigam sob a capa de "outros", numa atitude reiterada de falta de transparência democrática para com os sabugalenses que ficam sem saber a que se destinam 19,3% do dinheiro que sai dos seus bolsos em impostos!*

*Mas também nunca nos veriam a apresentar um Orçamento irreal, fruto da imaginação de quem, não tendo nada para apresentar, constrói castelos na areia, condicionando a realidade aos seus desejos!*

*É que, quando se olha para a Proposta de Receitas de Capital, fica a saber-se que 34,3% se referem a possíveis candidaturas a apresentar, para além das piedosas intenções de conseguir da Administração Central reprogramações de candidaturas aprovadas no valor de cerca de 2 milhões de euros.*

*Não, nunca seríamos capazes de votar favoravelmente um Orçamento baseado em fatores que o Sr. Presidente não controla, sabendo aliás que a nível do POR Centro desde Junho de 2011 que não é aberto qualquer período de apresentação de candidaturas.*

*Não colocamos em causa a necessidade de apresentar candidaturas, questão que vimos levantando desde o início do mandato, dizendo que era importante que tivéssemos o trabalho de casa feito para que, quando as candidaturas abrissem, o Município fosse "a jogo".*



*Mas se, por exemplo, não for aberto qualquer período de apresentação de candidaturas para construção de Centros Escolares, onde tem o Sr. Presidente o dinheiro para construir os Centros Escolares do Sabugal e do Soito?*

*Também não seria nosso um Orçamento que não atende às condições de vida de grande parte dos seus cidadãos e continua a prever arrecadar uma receita superior a um milhão de euros na fatura da água e saneamento. Não se pode ter uma posição insensível face a cada sabugalense e se sempre estivemos ao lado do Sr. Presidente contra a forma abusiva como a Associação Águas do Zêzere e Côa vem tratando a questão da tarifa de água, também exigimos do Sr. Presidente que não assuma idêntico papel face aos consumidores do Concelho.*

*Mas se este nunca seria o nosso Orçamento, é porque não nos revemos no mesmo, e mesmo num ano de grave crise económica a exigir contenção orçamental apertada, a nossa opção seria sempre pautada pelas preocupações de carácter social, criando os mecanismos de resposta a situação graves de qualidade de vida com que muitos dos sabugalenses se vão defrontar, o que não é opção deste Executivo quando nos deparamos com uns míseros 105.000 € orçamentados para o apoio social.*

*Esta opção errada na área social é complementada com as opções nas Educação, onde se se retirar o investimento previsto nos Centros Escolares e em reparações e aquisição de equipamentos, se prevê gastar apenas 266.500€, dos quais 215.000€ nas refeições escolares!*

*Mas se este nunca seria o nosso Orçamento é porque a nossa opção seria sempre apostar no desenvolvimento económico e na afirmação regional e nacional do Concelho e por isso não aceitamos que se preveja gastar apenas 679 mil euros no Turismo, dos quais, quase metade se destinam às Termas do Cró, essencialmente para equipamento e aquisição de terrenos (que terrenos?...), deixando uns residuais 27,5 mil euros para ações de promoção das Termas!*

*Gastar somente 4,7% do Orçamentado numa área que o Sr. Presidente diz ser uma das grandes prioridades do seu mandato, é, no mínimo, querer fazer omeletes sem ovos, arte aliás em que este Executivo é muito competente!*

*E que dizer da Dinamização do Tecido Empresarial Local?*

*Dois milhões de euros parece muito, mas se lhe retirarmos os quase 450.000 euros para aquisição de terrenos, os 685.000€ para a Sabugal + e os 500.000€ (que afinal são só 100.000, porque os outros 400.000, ainda não se sabe de onde virão...) para um assim denominado "Programa de Inovação e Empreendedorismo Rural", vemos que os 2 milhões se reduzem afinal a 450.000€.*

*Como se vê mais uma aposta estratégica que enche a boca do Sr. Presidente e do PSD, mas que não tem tradução neste Orçamento!*

*Mas se este nunca seria o nosso Orçamento é também porque a nossa opção seria sempre por honrar os compromissos assumidos.*

*Não deixaríamos assim de compatibilizar as nossas intenções de investimento com a necessidade, diríamos, a obrigação de definir um plano de pagamento das dívidas a fornecedores, esta sim uma medida de apoio ao tecido empresarial.*

*Aproveitaríamos também este momento para definir um plano de pagamentos à Banca que permitissem diminuir o endividamento do Município*

*Mas se este nunca seria o nosso Orçamento é também porque a nossa opção seria aproveitar este ano para preparar o futuro do Concelho. Seria também nossa opção elaborar um conjunto de documentos estratégicos que nos permitissem encontrar os caminhos para um Concelho do Sabugal melhor, mas nunca nos proporíamos gastar uma verba superior a 241.000€ para Estudos e Projetos sem os identificar de forma clara, permitindo assim que todos percebessem que tipo de Estudos estávamos a elaborar.*

*Mas estas seriam as nossas opções!*

*Pelo contrário, a opção do PSD e do seu Presidente é uma opção de resignação e de tentativa de esconder a incapacidade que vêm revelando de contribuir para um Sabugal melhor.*

*Fazem um Orçamento com muitas iniciativas, dispersando os escassos recursos por uma infinidade de ações, muitas delas dependentes de fatores externos, por não terem ainda qualquer garantia de financiamento.*

*Fazem um Orçamento sem demonstrarem que o mesmo pretende concretizar as ideias que têm para o desenvolvimento do Concelho, ideias essas que até agora não foram capazes de definir, pois a sua lógica é apenas a lógica do "poder pelo poder".*

*O Sr. Presidente e os vereadores do PSD tentam fazer passar a imagem de que este é o Orçamento possível, face à situação do País.*

*Nós dizemos que este é o Orçamento de quem já desistiu de construir um Concelho do Sabugal melhor!*

*Este é um Orçamento de quem já não acredita que os sabugalenses são capazes de ultrapassar a grave situação em que se encontram.*



*Este é um Orçamento de gente desanimada, de gente sem ambição!*

*Por tudo isto, não nos peçam para dar cobertura à inépcia e à incapacidade.*

*O Orçamento é vosso e os sabugalenses julgar-vos-ão por ele e pelos seus resultados.*

*Reitero os meus desejos de um 2012 recheado de sucessos, saúde e tudo o que a tróica permitir!!!!”—*

**José Robalo** disse: “ em primeiro lugar queria dar os parabéns ao Município, pela forma clara, objetiva, como apresentou este documento. Os tempos modernos assim o exigem, a generosidade do Município e o respeito que nutrem pela Assembleia Municipal assim os obrigam. Queria em primeiro lugar voltar à ideia que transmiti, na minha primeira intervenção. Qualquer documento tem que ter subjacente uma filosofia, e na introdução que o documento apresenta, estão revelados os pilares sob os quais, na perspetiva do executivo, se centra o desenvolvimento do concelho, e, nessa perspetiva fiquei esclarecido.

*Agora, o que me preocupa como sabugalense é o alheamento, a forma, o desprezo com que o Partido Socialista trata o Concelho, porque não basta vir aqui com demagogias e dizer: este documento não presta, não serve os interesses do Concelho, nós não iríamos por aí... mas, se vocês não vão por aí, tinham obrigação de, perante os sabugalenses e os eleitores, dizer quais os projetos que fariam. Tem que se ter responsabilidade. Não basta chegar à Câmara e dizer, eu voto contra, porque esse não é o meu orçamento. Então qual é o vosso? Onde estão os vossos projetos? Com que dinheiro?*

*Depois fiquei a saber que 17% da receita do município vai para despesas de funcionários e o Partido Socialista, se tivesse honra e vergonha, olhava para as câmaras à volta e ficávamos a saber o que é que o Partido Socialista faz nas câmaras onde é governo.*

*Sabem o que é que fez o Partido Socialista na Câmara? Fez como naquele episódio bíblico, lavou as mãos como Pilatos e ficamos sem saber o que o Partido Socialista faria.*

*Em relação ao MPT. É verdade que um dos grandes problemas do nosso concelho é a falta de emprego, como em todo o país. Para a juventude é um drama, sem dúvida. Agora, então em que é que ficamos? Se a Câmara tem excesso de despesas com funcionários, é a Câmara que vai criar mais postos de trabalho, mais empregos? Ou é a Câmara que tem obrigação de criar condições, criar atratividade no território para que os empresários se fixem e criem postos de trabalho. Penso que, este documento perspetiva, senão um futuro risonho, ou pelo menos vai criar condições aos empresários e ao concelho de forma a torná-lo mais atrativo, proporcionando a criação de postos de trabalho porque, para sermos rigorosos, não podemos exigir ao Município que crie esses mesmos postos de trabalho.”-----*



O **Presidente da Assembleia para defesa da honra** deu a palavra a:-----

**Nuno Teixeira** para dizer: “ *Em relação à intervenção dos nossos vereadores nas reuniões de executivo, aconselhava o senhor deputado a ler as atas das reuniões de câmara e as declarações de voto feitas pelos nossos vereadores. Se calhar não dizia o que disse. A seguir tenho a informar que não é o Partido Socialista que tem que apresentar projetos e muito menos fazer orçamentos. Quem ganhou a Câmara foi o PSD. Nós temos que fazer oposição, não temos que fazer orçamentos, nem apresentar projetos. A oposição pode ser construtiva ou não*”-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António**, para dizer: “ *só queria dizer, porque fizeram referência ao MPT que a câmara não deve criar empregos. Disse isso e disse a resposta. Deve incentivar sempre a criação de emprego por parte das empresas. Em nenhum ponto do MPT refere que a Câmara deve criar os empregos. O MPT é uma oposição construtiva, uma oposição que apresenta projetos.*”-----

**José Robalo** disse: “ *é só para registar, isto talvez seja o meu vício profissional, tenho este vício de advogado, que é na interpretação que eu faço das coisas, e os romanos diziam, é um princípio do direito romano que é à “contrário sensu”, portanto quando o senhor Nuno Teixeira diz que a oposição pode ser construtiva ou não, à “contrário sensu”, eu concluo, qual é o tipo de oposição que o Partido Socialista faz na Câmara.*”-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais**, tomando a palavra disse: “ *utilizando a frase que aqui foi dita: eu por aí não vou... eu por lá não vou, porque não posso. Vendo as imagens que passaram, nota-se que há preocupações com estradas municipais novas, com caminhos rurais, etc. e quero perguntar se esse etc. inclui a estrada/caminho Quadrazais – Ozendo, porque Quadrazais – Ozendo são duas Aldeias que se pertencem e que estão de costas viradas, porque não têm qualquer união entre elas. O Ozendo para ir a Quadrazais vai ao Soito ou vai à Torre e vem quase ao Sabugal, e os Quadrazinhos a mesma coisa. Diz-se que a estrada para o Soito tem que ser acabada. Se calhar é uma alternativa para os senhores dos Foios e Vale de Espinho virem apanhar essa estrada, se calhar é uma mais-valia... e quero saber se essa estrada/caminho é realmente para fazer , uma vez que ficou em ata da reunião de Câmara feita em Quadrazais, que depois de ser feita a candidatura e se não viesse aprovada, a Câmara assumiria integralmente a sua execução pois era necessário fazê-lo. Eu não vejo a luz ao fundo do túnel, estou farta de reclamar esses 2 km de estrada, e, por isso queria saber em que situação ficamos.*”-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse: “ *quando iniciámos o mandato, fizemos 16 candidaturas de caminhos que não foram aprovadas. Como muito bem disse a senhora Presidente de Junta, fazemos reuniões nas freguesias, e eu tive o cuidado de anotar que, da reunião realizada em*

*Quadrazais ficou em ata que a ligação de Quadrazais para o Ozendo era uma ligação prioritária mas, também era prioritário a ligação Quadrazais – Malcata, e outros compromissos também assumidos.*

*Neste Plano e Orçamento estão inscritas três rubricas para caminhos. Uma, prioritária para a presidência, destinada às Quintas da Bendada- ligações da Freguesia às suas anexas todas. Outra para Vila Boa – Santo Antão – Ozendo – Quadrazais e, uma terceira, genérica, para caminhos rurais. Ainda a semana passada tive oportunidade de falar com o Diretor Regional da Agricultura, para ver se havia alguma possibilidade de voltar novamente a apresentar candidaturas. Se houver, apresentaremos. O facto deles estarem inscritos em orçamento já é uma manifestação da nossa vontade em o fazer. Agora, não podemos comparar coisas incomparáveis. O Ozendo tem acessos. As Quintas da Bendada, onde há gente que aí teima a viver, não tem estrada nenhuma. Já dei indicações para, quando as máquinas terminarem o trabalho que estão a fazer no cemitério de Aldeia do Bispo, sejam deslocadas para esse caminho de forma a melhorá-lo significativamente.”-----*

Terminado o período de intervenções o **Presidente da Assembleia** pôs os documentos à votação. Assim:

- **As Grandes Opções do Plano**, foram **aprovadas**, por maioria, com 37 votos a favor, 17 votos contra e 13 abstenções.-----
- **O Orçamento** foi **aprovado**, por maioria, com 37 votos a favor, 16 votos contra e 16 abstenções.-----
- **O Mapa de Pessoal** foi **aprovado**, por maioria com 2 abstenções.-----

tendo sido feitas as seguintes *declarações de voto*

**António Gata** disse: “ *votei a favor do Plano e Orçamento para 2012, neste pressuposto: numa reunião, uma técnica superior da Câmara, fez uma afirmação que me deixou completamente absorvido num pensamento único. Disse essa técnica que em 2050 o concelho do Sabugal não teria um habitante. O senhor Presidente da Câmara e a senhora Vice-Presidente e o senhor Presidente da Assembleia Municipal ouviram isso e ninguém contestou. Faço esta declaração de voto para dizer que é fundamental que todos nos unamos porque é preciso inverter esta tendência. É preciso estarmos todos a trabalhar nesse sentido*”-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais** que disse: “ *votei contra para manifestar a revolta, que neste momento sinto mas, juntamente a essa revolta acabo de ver que uma estrada, Soito-Foios, feita há meia dúzia de dias e, não tenho nada contra qualquer aldeia, porque todas elas têm direito a reivindicar o que necessitam, vem inscrita verba para obras de beneficiação nessa estrada. Já*

*agora, disse que as Quintas da Bendada não têm estrada, mas será que a Rebolosa não tem outra alternativa? Se calhar as coisas não são bem assim. É uma questão de falta de vontade”.*-----

**Ana Viñolas**, disse: “*votei favoravelmente este orçamento, porque estava na esperança que houvesse mais alternativas mas, na verdade não, e só me restou votar a favor*”.-----

**Cecilia Barros**, disse: “*votei contra e acho que é uma pena pessoas que são eleitas para votarem em nome do concelho, estarem a brincar com as pessoas do concelho, ao entrarem e saírem e não terem a consciência do que estão aqui a fazer. Não estamos aqui para receber dinheiro, estamos aqui para votar.*”-----

### **PONTO 9 – ATIVIDADE MUNICIPAL E INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL**

O **Presidente da Assembleia**, tomou a palavra para dizer, que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da assembleia, pelo que se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

**Roberto Lavrador** tomou a palavra para dizer que na última Assembleia tinha sido elogiado o facto da dívida da Câmara aos fornecedores ser muito baixa. No entanto, tinha verificado, pelo relatório do ROC que o montante dessa dívida tinha aumentado. Assim, pedia esclarecimento sobre a situação. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse, que nunca escondera as dívidas da Câmara e quanto o preocupavam. Que o 1º semestre tinha sido extremamente difícil mas as coisas tinham-se composto, com a entrada dos fundos comunitários, que há muito se aguardavam, e que nesta data estava quase tudo pago.-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Penalobo**, tomou a palavra para perguntar se seria neste mandato que a única estrada municipal, em terra batida existente no Concelho: Penalobo- Qtª da Ribeira - seria alcatroada. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse o que estava para executar estava definido nas GOP,s.-----

### **AUTORIZAÇÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO**

Sendo meia noite o **Presidente da Assembleia** pediu autorização para a sessão continuar. Não tendo havido qualquer objecção a mesma continuou.-----

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**



---- Chegado a este ponto o **Presidente da Assembleia** perguntou se de entre os munícipes presentes algum pretendia intervir. Assim, na sequência de inscrição, foi dada a palavra:-----

**José Teles** que depois de cumprimentar os presentes, fez os seguintes apontamentos:

- *registava com alguma satisfação o facto do logradouro do Centro de Saúde já ter sido restaurado;*
- *que a avenida circular que parte do sítio da GNR até à Ponte Nova tinha o asfalto a degradar, necessitando de uma reparação;*
- *que a avenida em frente ao Mini Preço, quando chovia muito inundava, porque as sarjetas não escoavam;*
- *que o muro em frente à Farmácia Central, já não tinha justificação, lembrando a necessidade de alguém estudar o assunto.*
- *que o Mercado Municipal precisava de pintura e, por dentro havia duas paredes rachadas;*
- *que havia ruas que se estavam a degradar, necessitando de atenção;*
- *que a Ponte Nova precisava de uma grande limpeza;*
- *e ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia, lembrou que a convocatória era um elemento essencial e sem ela não podia funcionar. Que, por lapso, nela não constava a hora nem o local, em que a Assembleia devia funcionar. Em resposta o **Presidente da Assembleia** disse que o 1º secretário lhe tinha entregue a convocatória enviada a todos os membros da Assembleia que continha o texto que se transcreve: “No uso da competência que me é atribuída (...) convoco V. Exª para a sessão ordinária da Assembleia Municipal que terá lugar no próximo dia 30/12/2011 pelas 20 horas e 15 minutos no Auditório Municipal em Sabugal, com a Ordem de Trabalhos que se anexa”, a qual não continha qualquer omissão de data ou do local. -----*

**João Manuel Valente** tomou a palavra para, relativamente:

- ao Parque Temático Medieval, perguntar se a Câmara ou a E.M. Sabugal+ tencionavam adquirir terrenos para esse projeto.
- ao projeto da área envolvente ao Castelo de Vilar Maior, dizer que tinha visto com o Presidente da Câmara, se havia algum plano para recuperar a parte antiga da vila, porque



achava que estarem a requalificar a zona do castelo e esquecer a área envolvente do casario, o projeto perdia qualidade.

- se havia algum plano de requalificação para a parte antiga do Castelo do Sabugal. -----

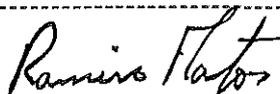
Em resposta o **Presidente da Câmara** disse relativamente:

- ao **Parque Temático**, que nem a Câmara nem a E.M. Sabugal+ iriam adquirir terrenos por se tratar de um projeto de iniciativa privada.
- o projeto de **Vilar Maior**, que tinham tido a oportunidade de estar no gabinete da Arquiteta Cláudia a analisar e que, oportunamente, lhe seria enviada uma cópia. Que havia alguns atrasos por se terem encontrado alguns achados arqueológicos e de outra índole. Quanto a outras especificações do projeto e à recuperação da malha urbana da parte alta de Vilar Maior não estava contemplado;
- à parte antiga do **Castelo do Sabugal** disse que tinha havido algum impulso de operadores privados, no sentido de melhorar as condições e a envolvente do castelo, nada estando previsto no Plano de Atividades aprovado.

**João Carlos Tomé Palinhos** tomou a palavra para dizer disse que se congratulava por a sua ideia de candidatar a Património Mundial da Humanidade, a Capeia Arraiana, ter vingado. Congratulou-se também por o Sabugal ter integrado a Rede Nacional de Judiarias e pretendia saber o que os serviços técnicos da câmara pretendiam fazer para estudar este património, para proteger a arquitetura e os vestígios judaicos que existem no concelho. Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que, as Aldeias Históricas e o Património Judaico estavam contemplados num PROVERE e tinham os projetos ancora e complementares aprovados, sendo esses sinalizados.-----

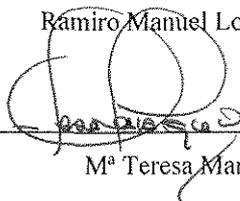
Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** era uma hora e quinze minutos do dia trinta e um, da qual foi lavrada a presente ata que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia, \_\_\_\_\_



Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Técnica \_\_\_\_\_



Mª Teresa Marques

